

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262A9-003-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Rua Padre Carapuceiro, 752 - 6º andar,
Sala 601 Boa Viagem, Recife (PE)
Brasil
T +55 81 3314-8886
www.grantthornton.com.br

Aos Diretores e Administradores do
Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont
Macáiba – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 19 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC PE-002.347/F-0



João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador CRC 1SP-246.752/O-6

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante - Recursos com restrição			
Contrato de gestão - MEC			
Caixa e equivalentes de caixa	3	53.043.199	45.542.337
Adiantamentos e outros créditos	5	266.753	259.520
		53.309.952	45.801.858
Verba fundos de saúde			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.201.304	5.327.022
Valores a receber	4	77.700	77.900
Adiantamentos e outros créditos	5	508.681	92.532
		6.787.685	5.497.455
Verba MESP			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.000.000	-
		1.000.000	-
Ativo circulante - Recursos sem restrição			
Verba livre			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.502.176	157.723
Adiantamentos e outros créditos	5	-	19.264
		5.502.176	176.987
Verba prefeitura			
Caixa e equivalentes de caixa	3	989.190	832.393
Valores a receber	4	64.609	78.061
		1.053.799	910.454
Total ativo circulante		67.653.612	52.386.753
Ativo não circulante - Recursos com restrição			
Realizável a longo prazo			
Contrato de gestão - MEC			
Imobilizado e intangível	7	19.917.665	19.187.884
(-) Depreciação acumulada	7	(4.246.637)	(3.445.246)
		15.671.027	15.742.638
Verba fundos de saúde			
Imobilizado	7	2.316.414	2.225.891
(-) Depreciação acumulada	7	(612.936)	(412.367)
(-) Provisão para Bens com Restrição	7	(106.074)	(106.074)
		1.597.404	1.707.450
Ativo não circulante - Recursos sem restrição			
Verba livre			
Imobilizado	7	52.637	52.637
(-) Depreciação acumulada	7	(31.363)	(27.979)
		21.274	24.658
Verba prefeitura			
Imobilizado	7	40.057	40.057
(-) Depreciação acumulada	7	(30.954)	(29.450)
		9.103	10.607
Bens de terceiros			
Bens de terceiros - AASDAP	6-6.1	13.048.668	29.424.925
Bens de terceiros - UFRN	6-6.2	28.483.713	28.483.713
Bens de terceiros - Secretaria Municipal de Saúde Macaíba	6-6.3	367.960	367.960
Bens recebidos em comodato	6	60.000	60.000
(-) Ajuste de vida útil econômica - Bens de terceiros	6	(20.518.893)	(27.146.323)
Total		21.441.448	31.190.275
Total ativo não circulante		38.740.256	48.675.629
Total do ativo		106.393.868	101.062.381

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC			
Contas a pagar	10	183.143	281.030
Obrigações tributárias	8	33.197	20.533
Obrigações sociais, provisões de férias e encargos	9	1.372.860	1.318.468
Contrato de gestão	11	67.391.779	59.924.260
		68.980.980	61.544.291
Verba fundos de saúde			
Contas a pagar	10	428.472	449.632
Obrigações tributárias	8	1.705	2.300
Obrigações sociais, provisões de férias e encargos	9	561.740	476.652
Contrato F.M.S. Macaliba	11	7.079.495	5.948.892
		8.071.412	6.877.475
Verba MESP			
Recurso - Verba MESP	11	1.000.000	-
		1.000.000	-
Passivo circulante - Recursos sem restrição			
Verba livre			
Contas a pagar	10	-	1.379
Convênio - FINEP	11	5.357.955	-
		5.357.955	1.379
Verba prefeitura			
Contas a pagar	10	434	8.020
Obrigações tributárias	8	1.471	1.142
		1.905	9.163
Total passivo circulante		83.412.252	68.432.308
Não circulante - Recursos com restrição			
Verba fundos de saúde			
Recursos F.N.S.	11	164.138	138.830
Recursos F.N.S. - Pronas/PCD	11	149.538	188.600
		313.676	327.429
Não circulante - Recursos sem restrição			
Verba livre			
Bens recebidos em doação - A realizar		21.292	24.351
		21.292	24.351
Bens de terceiros			
Bens de terceiros - AASDAP	6-6.1	13.048.668	29.424.925
Bens de terceiros - UFRN	6-6.2	28.483.713	28.483.713
Bens de terceiros - Secretaria Municipal de Saúde Macaliba	6-6.3	367.960	367.960
Bens recebidos em comodato	6	60.000	60.000
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6	(20.518.893)	(27.146.323)
		21.441.448	31.190.275
Total passivo não circulante		21.776.417	31.542.054
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	1.087.813	1.019.008
Superávit dos exercícios		117.386	69.010
		1.205.200	1.088.018
Total do passivo e patrimônio líquido		106.393.868	101.062.381

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

Demonstração do resultado para os
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais			
Receita operacional - Verba livre	15		
Receitas sociais - Doações/patrocínios		2.000	60.691
Outras captações de recursos		41.920	18.462
Doações recebidas - Imobilizado/materiais		3.059	8.018
		46.979	87.171
Receita operacional - MEC	15		
Contrato de gestão - Realizado		19.480.280	19.885.960
		19.480.280	19.885.960
Receita operacional - Prefeitura (SUS)	15		
Prestação de serviços		262.294	290.436
Convênio prefeitura		100.000	-
		362.294	290.436
Receita operacional - Fundos de Saúde	15		
Contrato F.M.S. Macaíba - Realizado		4.878.474	4.279.697
Contrato F.N.S. - Realizado		441.029	21.754
Contrato F.N.S. PRONAS/PCD - Realizado		39.293	141.613
		5.358.796	4.443.064
Contas de compensação			
Trabalho voluntário/gratuidades/isenções			
Trabalho voluntário	18	61.130	80.328
Isenções	20	3.424.399	3.191.435
		3.485.529	3.271.763
Total receita líquida		28.733.878	27.978.394
Despesas operacionais			
Despesas operacionais - Verba livre	16		
Despesas administrativas		(91.948)	(19.862)
Despesas tributárias		(185)	(10)
		(92.133)	(19.872)
Despesas operacionais - MEC	16		
Despesas gerais - Sede		(3.789.089)	(3.567.396)
Despesas gerais - CP IIN-ELS Macaíba		(9.884.880)	(10.038.088)
Despesas gerais - CEP Saúde		(5.806.311)	(6.280.477)
		(19.480.280)	(19.885.960)
Despesas operacionais - Prefeitura (SUS)	16		
Despesas administrativas		(322.483)	(366.797)
		(322.483)	(366.797)
Despesas operacionais - Fundos de saúde	16		
Despesas com pessoal		(3.884.525)	(3.640.448)
Despesas administrativas		(1.464.949)	(796.060)
Despesas tributárias		(4.774)	(2.280)
Despesas financeiras		(4.548)	(4.276)
		(5.358.796)	(4.443.064)
Contas de compensação			
Trabalho voluntário/isenções/gratuidades			
Trabalho voluntário	16 e 18	(61.130)	(80.328)
Isenções	16 e 20	(3.424.399)	(3.191.435)
		(3.485.529)	(3.271.763)
(=) Superávit líquido antes do resultado financeiro		(5.343)	(9.062)
Resultado financeiro - Verba livre			
Receitas financeiras	17	14.485	7.565
Despesas financeiras		(1.043)	(1.049)
		13.442	6.515
Resultado financeiro - Prefeitura (SUS)	17		
Receitas financeiras		110.322	72.561
Despesas financeiras		(1.035)	(1.004)
		109.287	71.557
(=) Superávit líquido do exercício		117.386	69.010

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit líquido do exercício	117.386	69.010
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total	117.386	69.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

Demonstração das mutações do patrimônio social
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	864.003	155.005	1.019.008
Incorporação do superávit do exercício anterior	155.005	(155.005)	-
Superávit do exercício	-	69.010	69.010
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.019.008	69.010	1.088.018
Incorporação do superávit do exercício anterior	69.010	(69.010)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(205)	(205)
Superávit do exercício	-	117.386	117.386
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.088.018	117.181	1.205.200

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit líquido dos exercícios		117.386	69.010
Ajustes ao superávit líquido de itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação	7	1.059.996	1.649.017
Baixa de custo de ativo imobilizado	7	69.388	-
Devolução/baixa de imobilizado em andamento	7	194.418	-
Baixa de depreciação de bens do ativo imobilizado	7	(53.147)	835
Ajuste de exercícios anteriores		(205)	-
		1.270.450	1.649.852
Variações nos ativos e passivos - Verba livre			
Valores a receber		-	50.000
Convênio - FINEP		5.357.955	-
Adiantamentos e outros créditos		19.264	(19.264)
Contas a pagar		(1.379)	1.379
		5.375.840	32.115
Variações nos ativos e passivos - MEC			
Adiantamentos e outros créditos		(7.232)	(73.492)
Contas a pagar		(97.887)	98.632
Obrigações tributárias		12.664	(114)
Obrigações sociais		21.165	22.371
Provisões de férias e encargos		33.228	129.499
Contrato de Gestão - MEC		7.467.519	3.925.352
		7.429.456	4.102.247
Variações nos ativos e passivos - Prefeitura			
Valores a receber		13.452	87.100
Contas a pagar		(7.586)	-
Obrigações tributárias		328	120
		6.194	87.220
Variações nos ativos e passivos - Fundos de Saúde			
Valores a receber		200	(1.900)
Adiantamentos e outros créditos		(416.149)	161.770
Contas a pagar		(21.160)	223.636
Obrigações tributárias		(594)	594
Obrigações sociais		20.294	10.872
Provisões de férias e encargos		64.794	66.924
Recursos Verba F.M.S. Macaíba		1.130.603	1.103.472
		777.989	1.565.368
Variações nos ativos e passivos - Verba MESP			
Recurso - Verba MESP	11	1.000.000	-
		1.000.000	-
Caixa líquido das atividades operacionais		15.977.315	7.505.812
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição imobilizado tangível - MEC	7	(993.586)	(2.623.452)
Aquisição imobilizado tangível - Verba Fundos de Saúde	7	(90.523)	(504.065)
Bens recebidos em doação - A realizar		(3.059)	(8.017)
Caixa líquido gerado das atividades de investimento		(1.087.168)	(3.135.534)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos F.N.S.		25.309	(14.200)
Recursos F.N.S. PRONAS/PCD		(39.062)	(409.516)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(13.753)	(423.716)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		14.876.394	3.946.563
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		51.859.476	47.912.913
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		66.735.869	51.859.476
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		14.876.393	3.946.563

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Contexto operacional

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont ("Entidade", "Instituto" ou "ISD") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Constituído em 25 de setembro de 2013, o Instituto possui sua sede administrativa e filiais na cidade de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte.

O Instituto tem por missão/objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação, promovendo o ensino em todos os seus níveis, e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas da ciência e do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas. Poderá ainda o Instituto prestar serviços na área da saúde materno infantil e da pessoa com deficiência e suas interfaces com neurociências e neuroengenharia, visando a formação e o desenvolvimento profissional nas suas áreas de atuação.

O Instituto é detentor do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme Portaria nº 1.592 de 04 de outubro de 2018, publicada no DOU em 10 de outubro de 2018, tendo sua renovação deferida por meio da Portaria nº 561 de 13 de julho de 2023, abrangendo o período 10 de outubro de 2021 a 09 de outubro de 2024, protocolou renovação tempestiva, mantendo assim, a regularidade da imunidade tributária. Foi reconhecido como de Utilidade Pública Estadual e Municipal, respectivamente através das Leis nº 11.012, de 09 de novembro de 2021, e nº 2.032, de 06 de setembro de 2019.

Adicionalmente a Entidade é qualificada como Organização Social (OS) nos termos da Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998, por meio de Decreto Presidencial de 27 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 28 de fevereiro de 2014.

Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC)

Em julho de 2014, o Instituto firmou Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC). O plano de trabalho a ser executado pelo Instituto engloba metas e indicadores, tais como: desempenho, diretrizes estratégicas, sistemas de avaliação e as principais ações no período 2014-2017 (prazo de execução do Contrato de Gestão), com prorrogações sucessivas por intermédio de Termos Aditivos que prorrogaram a vigência até 31 de dezembro de 2021. Em 28 de dezembro de 2021, foi firmado um novo Contrato de Gestão com vigência até 31 de dezembro de 2030. Em 02 de dezembro de 2025, foi assinado Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 1/2021, adicionando o Ministério do Esporte (MESP) como interveniente, objetivando implantar ação estratégica de formação para o esporte adaptado como ferramenta de reabilitação e inserção social.

Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde (FMS)

No âmbito da assistência em saúde, o Instituto é responsável pela gestão do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita) foi habilitado, conforme a Portaria nº 1.430/SAS/MS, de 17 de outubro de 2016, como Centro Especializado em Reabilitação CER-III, o qual oferece assistência a três tipos de modalidade: auditiva, motora e intelectual. Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado o Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde (FMS) e o Instituto, com previsão de valor global de R\$ 2.400.000 para o ano de 2019. Em 02 de janeiro de 2020, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2.400.000 para o ano de 2020. Em 1º de janeiro de 2021, foi firmado um novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2.400.000 para o ano de 2021.

A Portaria nº 1.842/GM/MS, de 05 de agosto de 2021, alterou a habilitação para CER-IV, passando a incluir a modalidade visual nos atendimentos realizados pela unidade. Em 29 de dezembro de 2021, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 4.100.000 para o ano de 2022. Em 30 de dezembro de 2022, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 4.100.000 para o ano de 2023. A Portaria nº 1.602/GM/MS, de 18 de outubro de 2023 reajustou os valores de custeio, com efeitos a partir da 10ª parcela do ano de 2023, gerando uma provisão complementar de R\$ 85.000 nos três últimos meses. Em 21 de dezembro de 2023, foi firmado um Aditivo Contratual ao Termo de Convênio com previsão global de R\$ 5.160.000 para o ano de 2024. Em 02 de dezembro de 2024, foi firmado o Terceiro Aditivo Contratual ao Termo de Convênio com previsão global de R\$ 5.160.000 para o ano de 2025. A Portaria nº 8.168/GM/MS, de 18 de setembro de 2025 incorporou os valores de custeio para os transportes sanitários adaptados, com efeitos a partir da 9ª parcela do ano de 2025, gerando uma complementação de R\$ 8.000 para os quatro últimos meses. Em 03 de dezembro de 2025, foi firmado o Quarto Aditivo Contratual ao Termo de Convênio com previsão global de R\$ 5.256.000 para o ano de 2026.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas disposições da ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucro.

A Diretoria do Instituto aprovou as demonstrações contábeis em 13 de fevereiro de 2026 e sua emissão em 19 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Diretoria do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2.1. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa, requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("moeda funcional").

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa (recursos sem restrição)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Caixa e equivalentes de caixa (recursos com restrição)

O Instituto mantém neste os recursos recebidos por meio do contrato de gestão MEC e verbas dos fundos de saúde, que ainda não foram aplicados nos projetos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos com restrição no ativo e em contrapartida o crédito de recursos com restrição no passivo. Os montantes são classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução dos projetos, são classificados no ativo ou passivo não circulante, os montantes com previsão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data-base do encerramento do exercício social.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da CPC 48 - Instrumentos financeiros, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

Custo amortizado

De acordo com o modelo de negócios do Instituto, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

- Os ativos financeiros do Instituto são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados;
- Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado; e
- Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Valores a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Instituto), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado, Intangível, Imobilizado OSS e bens de terceiros

Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais mencionadas, que levam em consideração o prazo de vida útil dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações será incluído no valor contábil do ativo, quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto.

As principais renovações serão depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas de vida úteis definidas (vide nota explicativa nº 7).

Reconhecimento e mensuração - Imobilizado OSS

Os itens do ativo imobilizado do Instituto são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos.

Bens de terceiros

Refere-se aos recursos recebidos da AASDAP, UFRN e Secretaria Municipal de Saúde Macaíba, já empregados na aquisição de ativos imobilizado e intangível, que serão devolvidos quando dos termos dos Contratos de Gestão e Operacionalização. O valor desses ativos está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação ou amortização, que concomitantemente representa os valores do ativo imobilizado e intangível do Contrato de Gestão, registrado no balanço patrimonial.

A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos aos terceiros quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida das receitas operacionais do Contrato de Gestão.

Intangível

Refere-se a patentes, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, as taxas de vida úteis definidas (vide nota explicativa nº 7).

2.8. Contas a pagar

As contas a pagar, fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.10. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Instituto.

2.11. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

2.12. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.13. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido da Entidade compreende: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.14. Imposto de renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude de o Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos de 178 a 184 do Regulamento de Imposto de renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.15. Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

No exercício de 2025, o Instituto registrou o montante de R\$ 61.130 (R\$ 80.328 em 2024) referente a trabalhos voluntários, incluindo os membros da diretoria, com prestação de serviços.

Novas Normas e Interpretações Contábeis Ainda Não Vigentes

Na data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, existiam normas, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais órgãos reguladores, mas ainda não vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Entidade não adotou de forma antecipada quaisquer dessas normas, alterações ou interpretações.

A Administração avalia continuamente os pronunciamentos contábeis emitidos e entende que todas as normas aplicáveis serão adotadas a partir dos exercícios em que sua vigência se torne obrigatória, de acordo com o CPC, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, no caso de entidades sem fins lucrativos, especialmente a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Até o momento, a Administração não identificou interpretações ou orientações emitidas que necessitem ser consideradas para os exercícios apresentados e que ainda não estejam refletidas nestas demonstrações contábeis.

Alterações relevantes em debate e potenciais impactos

Em abril de 2024, foi publicado o IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, norma internacional que substitui o IAS 1. Embora o Brasil ainda não tenha concluído sua eventual convergência para este padrão por meio de norma equivalente do CPC, a Administração acompanha sua evolução, uma vez que futuras atualizações podem impactar práticas de apresentação e divulgação, inclusive para entidades sem fins lucrativos.

O IFRS 18 introduz melhorias importantes na estrutura das demonstrações contábeis, tais como:

- definição de novos subtotais obrigatórios na demonstração do resultado;
- classificação padronizada de receitas e despesas em categorias específicas;
- exigência de divulgação de métricas de desempenho definidas pela própria entidade;
- princípios mais robustos para agregação e desagregação de informações nas demonstrações e notas explicativas.

A norma também redistribui determinadas exigências de divulgação anteriormente presentes no IAS 1 para o IAS 8, especialmente no que diz respeito a políticas contábeis e fontes de incerteza de estimativas.

O IFRS 18 deverá produzir alterações correlatas em outros pronunciamentos, como IAS 7 (equivalente ao CPC 03 no Brasil). Sua vigência internacional está prevista para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida.

Análise preliminar de impacto

Como a adoção dessa norma ainda depende de emissão e homologação no Brasil pelo CPC/CFC, a Entidade ainda está avaliando eventuais impactos que poderão ocorrer em suas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas caso a convergência seja implementada.

Até o momento, não se espera que eventuais mudanças afetem substancialmente a apresentação das demonstrações contábeis elaboradas conforme a ITG 2002 (R1), especialmente considerando a natureza das atividades da Entidade e a estrutura de divulgação já utilizada.

Outras normas e interpretações

As demais normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, não foram detalhadas nesta nota por não serem esperados impactos materiais nas demonstrações contábeis da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa (com restrição e sem restrição)

Recursos Sem Restrição, referem-se aos valores provenientes das atividades estatutárias, bem como outras formas de captação que podem auxiliar na manutenção dos propósitos sociais e, não possuem impedimentos quanto ao uso ou destinação, ou, necessidade de contabilização de forma segregada das demais fontes de recursos da Instituição.

Recursos Com Restrição, referem-se aos valores recebidos para aplicação em propósitos e finalidades específicas, conforme descritas a seguir:

Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação (MEC): Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safrá (IIN-ELS) e do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS), ambos localizados em Macaíba – RN.

Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde (FMS): implantação e operação do Centro Especializado em Reabilitação (auditiva, física, intelectual e visual) na unidade do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS-ANITA). Termo de Convênio firmado com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Contrato de Repasse firmado com o Fundo Nacional de Saúde para reforma de unidade de atenção especializada em saúde, visando a implantação de uma oficina ortopédica fixa, a ser incorporada ao Centro Especializado em Reabilitação.

Interveniência ao Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação (MEC), adicionando o Ministério do Esporte (MESP): implantação de ação estratégica de formação para o esporte adaptado como ferramenta de reabilitação e inserção social.

a) Caixa e equivalentes de caixa (com restrição e sem restrição)

	Órgão	2025	2024
Banco do Brasil (conta corrente)	Recursos próprios	39.558	65.674
Banco do Brasil (aplicação)	Recursos próprios	104.662	92.049
Banco do Brasil (aplicação)	FINEP	5.357.955	-
Banco do Brasil (conta corrente)	Pref. Mun. Macaíba	-	41.361
Banco do Brasil (aplicação)	Pref. Mun. Macaíba	989.190	791.032
Caixa e equivalentes de caixa - Sem restrição		6.491.365	990.116

	Órgão	2025	2024
Caixa (Sede)	MEC	466	1.109
Caixa (CP - IIN-ELS Macaíba)	MEC	1.437	1.331
Caixa (CEP Saúde - Anita Garibaldi)	MEC	898	386
Banco do Brasil (conta corrente)	MEC	-	-
Banco do Brasil (aplicação)	MEC	53.040.399	45.539.511
Total Contrato de gestão - MEC		53.043.199	45.542.337

	Órgão	2025	2024
Caixa (centro de reabilitação)	FMS	473	418
Banco do Brasil (aplicação)	FMS	6.125.829	5.317.750
Banco do Brasil (aplicação)	MS-Equipamentos	9.815	8.854
Banco do Brasil (aplicação)	MS-Reforma	65.187	-
Total Verba fundos de saúde		6.201.304	5.327.022

	Órgão	2025	2024
Banco do Brasil (conta corrente)	MESP	1.000.000	-
Total Verba MESP		1.000.000	-

As aplicações financeiras são compostas principalmente de certificados de depósitos bancários, cuja liquidez é imediata com taxa de remuneração média no ano de 2025 entre 10,85% e 13,85%, e 2024 entre 8,01% e 10,47%, (em 2025, de 76% a 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e 2024 entre 74% a 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)), mantidos em bancos com bom rating de avaliação e com boa reputação no mercado.

4. Valores a receber

	2025	2024
Valores a Receber - Convênio Prefeitura - Faturamento	64.609	68.061
Valores a Receber - Convênio Prefeitura - STORCH	-	10.000
Valores a Receber - Fundo Municipal de Saúde - FMS	77.700	77.900
Total Verbas fundos de saúde e Verba Prefeitura (sem restrição)	142.309	155.961

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a análise do vencimento do saldo de valores a receber é apresentada a seguir:

Valores a receber por idade de vencimento	2025	2024
A vencer (até 90 dias)	142.309	155.961
Total	142.309	155.961

A Administração avalia periodicamente os saldos de contas a receber de clientes, incluindo valores vencidos e a vencer, aplicando percentuais de perda esperada conforme o comportamento histórico de inadimplência e a experiência passada de recuperação de créditos. Para os exercícios de 2025 e 2024, não foram identificados riscos relevantes de cancelamentos de vendas, devoluções ou evidências de inadimplência que demandassem o registro de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

5. Adiantamentos e outros créditos

	2025	2024
Verba Livre		
Adiantamento para despesas	-	19.264
Total Verba Livre	-	19.264
MEC		
Empréstimos a receber - Filiais	4.995	4.245
Adiantamento de férias	143.193	105.228
Adiantamento para despesas	99.674	131.297
Seguros a apropriar	18.890	18.750
Total MEC	266.753	259.520
Fundos de Saúde		
Empréstimos a receber – Filiais (a)	420.596	19.178
Adiantamento de férias	80.538	64.074
Seguros a apropriar	7.547	9.280
Total Fundos de Saúde	508.681	92.532
Total	775.434	371.317

- a) Refere-se a contas de compensação pela transferência de fonte de recursos, cuja contrapartida está configurada no grupo de contas a pagar.

Este grupo é composto pelos seguros contratados do exercício 2025, cujo período de vigência que se estende para o exercício subsequente, sendo, portanto, registrados pelo seu valor nominal a apropriar de acordo com a competência. Contemplam ainda adiantamentos diversos, empréstimos entre as filiais e valores a recuperar das atividades operacionais.

6. Bens de terceiros

Contas de compensação

Conforme permitido no item 26 do ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, o Instituto controla em conta de compensação transações ao direito de uso dos bens de terceiros.

	Notas	2025	2024
Bens de terceiros - AASDAP	6.1	13.048.668	29.424.925
Bens de terceiros - UFRN	6.2	28.483.713	28.483.713
Bens de terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba	6.3	367.960	367.960

	Notas	2025	2024
Bens recebidos em comodato	-	60.000	60.000
(-) Ajuste de vida útil econômica - Bens de terceiros	-	(20.518.893)	(27.146.323)
Total		21.441.448	31.190.275

Ajuste de vida útil econômica

Refere-se a amortização do direito de uso dos bens de terceiros, com base na vida útil econômica ou prazo de vigência dos contratos, dos dois o menor, sendo: Acordo de Cooperação Científica AASDAP (10 anos Bens Móveis e 25 anos Bem Imóvel), Cessão de Uso de Bem Público UFRN (25 anos) e Cessão de Uso de Bem Público SMSM (05 anos).

	2025	2024
(-) Ajuste de vida útil econômica - Bens AASDAP	(9.318.378)	(17.158.713)
(-) Ajuste de vida útil econômica - Bens UFRN	(10.918.412)	(9.779.100)
(-) Ajuste de vida útil econômica - Bens SMSM	(282.103)	(208.510)
Total	(20.518.893)	(27.146.323)

6.1. Acordo de cooperação científica - AASDAP

Refere-se a um Acordo de Cooperação Científica assinado entre o Instituto e a Associação Alberto Santos Dumont para Apoio a Pesquisa (AASDAP). Tem por finalidade viabilizar o funcionamento, permitindo o uso de todos os bens e equipamentos disponíveis, uma vez que a AASDAP possuía estrutura nos respectivos locais. Em 31 de outubro de 2025, após análise conjunta, as Entidades resolveram proceder a devolução de 03 (três) itens de valor significativo que estavam registrados e vinculados ao documento citado acima, uma vez que, para a operação do Instituto, os bens se mostraram obsoletos enquanto Ativos Imobilizados. Com relação ao item: "Supercomputador", registrado sob o valor de R\$ 8.183.734, será desmontado. Já em relação aos itens: "Exoesqueleto", registrados sob o valor de R\$ 4.076.380 cada, devido ao seu valor histórico, serão mantidos apenas para demonstração e exposição em eventos.

	2025	2024
IIN-ELS Macaíba	9.839.671	26.207.571
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	2.441.973	2.450.330
Imóvel - CEPS/Anita Garibaldi	767.024	767.024
Total	13.048.668	29.424.925

6.2. Cessão de uso de bem público

A cessão de uso de bem público tem por objeto a cessão de uso de uma área de 995.000 m² e das benfeitorias (acessões físicas) nela existentes, além do patrimônio móvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), inclusive aqueles até então na posse da AASDAP em razão dos contratos de gestão do Centro Educacional de Macaíba e do Centro de Pesquisa de Macaíba. Em 17 de janeiro de 2020, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União (T.C.U.), UFRN e Instituto assinaram Termo Aditivo Supressivo na qual a área foi fracionada da seguinte forma: I – 695.000 m² devolvidos para a UFRN e II – 300.000 m² permanecendo na posse do Instituto.

Consolidação do patrimônio móvel e imóvel objeto do Contrato de Cessão de uso de bem público - Projeto Campus do Cérebro		Descrição	Quantidade	2025	2024
Escola Lígia Laporta		Mobiliário	658	367.396	367.396
		Equipamentos	21	137.580	137.580
Subtotal I				504.976	504.976
Centro de pesquisa		Equipamentos	8	1.068.216	1.068.216
Mobiliário/equipamentos (antes na posse AASDAP)		Mobiliário / Equipamentos	196	707.723	707.723
		Edificação	1	20.452.600	20.452.600
Subtotal II				22.228.539	22.228.539
Campus do cérebro (gleba parcial e infraestrutura)					
Gleba parcial - Sem benfeitorias		Imóvel	1	5.049.198	5.049.198
Rede de distribuição de energia		Obras	1	235.844	235.844
Projetos e infraestrutura viária		Obras	1	465.157	465.157
Subtotal III				5.750.199	5.750.199
Consolidação do patrimônio móvel e imóvel objeto do contrato de cessão pelo prazo de 25 anos		Imóvel / Obras / Edificações	4	26.202.799	26.202.799
		Mobiliário / Equipamentos	883	2.280.914	2.280.914
Total de ativos objetos da cessão de uso				28.483.713	28.483.713

6.3. Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba

Refere-se a um Termo de Cessão de Uso de Bem Público assinado entre o Instituto e a Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba. Tem por finalidade viabilizar o transporte de pacientes, através de furgões adaptados, para compor a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

	2025	2024
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	367.960	367.960
Total	367.960	367.960

7. Imobilizado e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação	2025	2024
Tangível			
Bens em uso - Verba livre			
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	8,4-18,5%	27.198	27.198
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	10,0-17,0%	25.439	25.439
(-) Depreciação acumulada	-	(31.363)	(27.979)
Imobilizado líquido - Verba livre		21.274	24.658
Bens em uso - Contrato de gestão			
Máquinas e equipamentos	4,5-51,7%	1.377.537	1.313.716
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	5,2-50,0%	1.508.436	1.475.325
Instalações	1,2-17,55%	191.330	191.330
Veículos	8,3%	78.960	78.960
Equipamentos médicos	5,1-20,0%	905.997	718.607
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	9,0%	54.364	54.364
Aparelhos telefônicos	5,3-21,0%	4.980	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	0,1-77,0%	3.629.350	3.423.552
Outros imobilizados - Pedagógicos ou operacionais	4,8-12,7%	1.725.310	1.514.133
Benfeitorias em bens de terceiros em andamento - UFRN (i)	-	10.426.740	10.203.840
Imobilizações em andamento	-	-	194.418
(-) Amortização/depreciação acumuladas	-	(4.246.637)	(3.445.247)
Marcas e patentes	-	14.660	14.660
Imobilizado e intangível líquido - Contrato de gestão		15.671.027	15.742.638
Bens em uso - Verba prefeitura			
Máquinas e equipamentos	20,6%	1.485	1.485

Descrição	Taxa anual de depreciação	2025	2024
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	17,1-38,0%	21.863	21.863
Equipamentos médicos	8,12-8,54%	15.210	15.210
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	18,1%	1.499	1.499
(-) Depreciação acumulada	-	(30.954)	(29.450)
Imobilizado líquido - Verba prefeitura		9.103	10.607
Bens em uso - Fundos de saúde			
Máquinas e equipamentos	20,8%	2.260	2.260
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	9,5%	946	946
Equipamentos médicos	5,06-22,2%	2.077.044	2.032.521
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	15,86-18,0%	110.394	64.394
Outros imobilizados - Pedagógicos ou operacionais	8,57-8,78%	19.696	19.696
Bens com restrição - Termo de fomento	-	106.074	106.074
(-) Depreciação acumulada	-	(612.936)	(412.367)
(-) Bens com restrição - Termo de fomento	-	(106.074)	(106.074)
Imobilizado líquido - Fundos de saúde		1.597.404	1.707.450

- (i) Não iniciou a amortização, devido à obra encontrar-se em andamento. Ainda não há previsão de término das obras, uma vez que o Instituto depende de recursos financeiros para ativação das áreas restantes.

A movimentação do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2025 segue:

	2024	Adições	Baixas	Transf.	2025
Tangível					
Bens em uso - Verba livre					
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	27.198	-	-	-	27.198
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	25.439	-	-	-	25.439
(-) Depreciação acumulada	(27.979)	(3.384)	-	-	(31.363)
Total verba livre	24.658	(3.384)	-	-	21.274
Bens em uso - Contrato de gestão					
Máquinas e equipamentos	1.313.716	99.753	(35.931)	-	1.377.538
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	1.475.326	55.883	(22.773)	-	1.508.436
Instalações	191.330	-	-	-	191.330
Veículos	78.960	-	-	-	78.960
Equipamentos médicos	718.606	187.390	-	-	905.996
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	54.364	-	-	-	54.364
Aparelhos telefônicos	4.980	-	-	-	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	3.423.552	212.526	(6.727)	-	3.629.351
Outros imobilizados - Pedagógicos ou operacionais	1.514.133	215.134	(3.957)	-	1.725.310
Benfeitorias em bens de terceiros - UFRN	10.203.840	222.900	-	-	10.426.740
Imobilizações em andamento	194.417	-	(194.417)	-	-
Marcas e patentes	14.660	-	-	-	14.660
(-) Amortização/depreciação acumuladas	(3.445.246)	(854.538)	53.147	-	(4.246.637)
Total contrato de gestão	15.742.638	139.048	(210.659)	-	15.671.027
Bens em uso - Verba prefeitura					
Máquinas e equipamentos	1.485	-	-	-	1.485
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	21.863	-	-	-	21.863
Equipamentos médicos	15.210	-	-	-	15.210
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	1.499	-	-	-	1.499
(-) Depreciação acumulada	(29.450)	(1.504)	-	-	(30.954)
Total prefeitura	10.607	(1.504)	-	-	9.103
Bens em uso - Fundos de saúde					
Máquinas e equipamentos	2.260	-	-	-	2.260
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	946	-	-	-	946
Equipamentos médicos	2.032.520	44.523	-	-	2.077.043

	2024	Adições	Baixas	Transf.	2025
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	64.395	46.000	-	-	110.395
Outros imobilizados - Pedagógicos ou operacionais	19.696	-	-	-	19.696
Bens com restrição - Termo de fomento	106.074	-	-	-	106.074
(-) Depreciação acumulada	(412.367)	(200.569)	-	-	(612.936)
(-) Bens com restrição - Termo de	(106.074)	-	-	-	(106.074)
Total fundos de saúde	1.707.450	(110.046)	-	-	1.597.404
Total geral	17.485.354	24.114	(210.659)	-	17.298.808

A depreciação do período, lançada em despesas é R\$ 1.059.996 (R\$ 1.649.017 em 2024).

A movimentação do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2024 segue:

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Tangível					
Bens em uso - Verba livre					
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	27.198	-	-	-	27.198
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	25.439	-	-	-	25.439
(-) Depreciação acumulada	(20.271)	(7.708)	-	-	(27.979)
Total verba livre	32.366	(7.708)	-	-	24.658
Bens em uso - Contrato de gestão					
Máquinas e equipamentos	1.170.322	143.394	-	-	1.313.716
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	1.457.956	17.370	-	-	1.475.326
Instalações	191.330	-	-	-	191.330
Veículos	78.960	-	-	-	78.960
Equipamentos médicos	554.494	164.997	(884)	-	718.606
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	7.900	19.586	-	26.878	54.364
Aparelhos telefônicos	4.980	-	-	-	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	2.654.295	779.041	(9.784)	-	3.423.552
Outros imobilizados - Pedagógicos ou operacionais	1.427.797	86.336	-	-	1.514.133
Benfeitorias em bens de terceiros - UFRN	9.012.407	1.191.433	-	-	10.203.840
Benfeitorias em bens de terceiros - AASDAP	1.648.333	-	-	(1.648.333)	-
Imobilizações em andamento	-	221.295	-	(26.878)	194.417
Marcas e patentes	14.660	-	-	-	14.660
(-) Amortização/depreciação acumuladas	(3.639.150)	(1.464.262)	9.833	1.648.333	(3.445.246)
Total contrato de gestão	14.584.284	1.159.190	(835)	-	15.742.638
Bens em uso - Verba prefeitura					
Máquinas e equipamentos	1.485	-	-	-	1.485
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	21.863	-	-	-	21.863
Equipamentos médicos	15.210	-	-	-	15.210
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	1.499	-	-	-	1.499
(-) Depreciação acumulada	(27.601)	(1.849)	-	-	(29.450)

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Total prefeitura	12.456	(1.849)	-	-	10.607
Bens em uso - Fundos de saúde					
Máquinas e equipamentos	2.260	-	-	-	2.260
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	-	946	-	-	946
Equipamentos médicos	1.537.819	494.701	-	-	2.032.520
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	55.977	8.418	-	-	64.395
Outros imobilizados - Pedagógicos ou operacionais	19.696	-	-	-	19.696
Bens com restrição - Termo de fomento	106.074	-	-	-	106.074
(-) Depreciação acumulada	(237.169)	(175.198)	-	-	(412.367)
(-) Bens com restrição - Termo de fomento	(106.074)	-	-	-	(106.074)
Total fundos de saúde	1.378.583	328.867	-	-	1.707.450
Total geral	16.007.689	1.554.715	(77.050)	-	17.485.354

8. Obrigações tributárias

	2025	2024
Contrato de gestão		
PIS/Cofins/CSLL a recolher	16.528	10.488
IRRF a recolher	2.994	2.015
ISS a recolher	13.675	8.030
Total	33.197	20.533
Verba prefeitura		
PIS/Cofins/CSLL a recolher	1.200	864
IRRF a recolher	271	278
Total	1.471	1.142
Verba fundos de saúde		
PIS/Cofins/CSLL a recolher	-	357
IRRF a recolher	-	77
ISS a recolher	1.705	1.866
Total	1.705	2.300

9. Obrigações sociais, provisões de férias e encargos

	2025	2024
Contrato de gestão		
IRRF a recolher - Terceiros	1.615	7.561
IRRF sobre folha a recolher	188.176	179.763
INSS a recolher	44.050	41.820
FGTS a recolher	79.365	71.248
INSS a recolher - Terceiros	27.867	19.517
Férias	955.384	924.663
FGTS sobre férias	76.403	73.896
Total	1.372.860	1.318.468
Verba fundos de saúde		
IRRF sobre folha a recolher	45.776	41.361
INSS a recolher	22.578	15.653
FGTS a recolher	38.507	29.205
INSS a recolher - Terceiros	3.797	4.144
Férias	417.669	357.675
FGTS sobre férias	33.414	28.614
Total	561.741	476.652

10. Contas a pagar

	2025	2024
Verba livre		
Fornecedores e prestadores de serviço a pagar	-	1.379
Total	-	1.379
Contrato de gestão		
Fornecedores e prestadores de serviço a pagar	183.143	279.055
Seguros a Pagar	-	1.976
Total	183.143	281.030
Verba prefeitura		
Fornecedores e prestadores de serviço a pagar	434	8.020
Total	434	8.020

Verba fundos de saúde		
Fornecedores e prestadores de serviço a pagar	2.881	426.208
Empréstimo a pagar – Filiais (a)	425.591	23.423
Total	428.472	449.632
Total contas a pagar	612.049	740.061

(a) Conforme divulgado na nota explicativa nº 5.

11. Contrato de Gestão - MEC, Termo de Convênio - Fundo Municipal de Saúde (FMS), Termo de Compromisso - MS Pronas/PCD, Termo de Convênio - MS Equipamentos, Contrato de Repasse - MS e Interveniência ao Contrato de Gestão - MESP - NBC TG 07 (R2)

São recursos financeiros provenientes de: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para reforma de equipamentos, Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação - MEC, do Termo de Convênio firmado com o Ministério da Saúde - MS para compra de Equipamentos, do Termo de Compromisso para captação de recursos via projetos Pronas/PCD, do Contrato de Repasse firmado com o Ministério da Saúde - MS para reforma de unidade de atenção especializada em saúde, da Interveniência ao Contrato de Gestão firmado com o Ministério do Esporte - MESP para implantação de estratégia estruturante de formação para o esporte adaptado e do Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde (FMS) do município de Macaíba - RN, e tem como objetivos principais, a operacionalização de projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Instituto presta contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, o Instituto atendeu NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1).

Saldos a realizar referente às subvenções recebidas:

	2025	2024
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	5.357.955	-
Contrato de Gestão - MEC	67.391.779	59.924.260
Termo de Convênio - Fundo Municipal de Saúde - FMS	7.079.495	5.948.892
Termo de Compromisso - MS Pronas/PCD	149.538	188.600
Termo de Convênio - MS Equipamentos	98.952	138.830
Contrato de Repasse - MS Reforma	65.186	-

	2025	2024
Contrato de Gestão - MESP	1.000.000	-
Total	81.142.905	66.122.681

12. Provisão para passivos contingentes

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível.

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos na mesma data, analisa a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão, levando em consideração a probabilidade de perda e a possibilidade de mensuração confiável dos valores envolvidos.

Com base nos especialistas jurídicos, e sua análise sobre cada processo em que a Empresa é réu, não há processos em que possua probabilidade de perda provável ou causas classificadas com risco possível de perda para divulgação em nota explicativa nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

13. Áreas de Atuação

13.1. Saúde

Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita)

Com foco na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e políticas educacionais, o Anita realizou 110.911 procedimentos ambulatoriais exclusivamente aos usuários do SUS, nas seguintes áreas: pré-natal, gravidez de alto risco, planejamento familiar, ginecologia, medicina fetal, infectologia na gravidez, atenção especializada às gestantes e crianças vivendo com HIV/AIDS, SAE Materno infantil, assistência às vítimas de violência sexual, pediatria geral e especializada, urologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, ortopedia pediátrica, neuropediatria, neurocirurgia, neurologia clínica, psicologia clínica, neuropsicologia, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, educação física, pedagogia, terapia ocupacional, assistência social, nutrição, ultrassonografia diagnóstica e intervencionista, urodinâmica, eletroencefalografia, análises clínicas e análise de marcha.

O Instituto recebeu 596 graduandos dos cursos de Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Psicologia, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Serviço Social e Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - oriundos do Campus Central, em Natal; da Escola Multicampi de Ciências Médicas, em Caicó (EMCM); e da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, em Santa Cruz (FACISA). Juntos, os estudantes de graduação cumpriram uma carga de 29.860 horas em atividades, resultando no uso de 86,6% da capacidade instalada.

O Instituto recepcionou ainda 78 residentes que cumpriram 63.994 horas em atividades divididas nas áreas de medicina da família e comunidade, materno-infantil, cuidado à saúde da pessoa com deficiência, pediatria, ginecologia e obstetrícia, neonatal, neurologia e reabilitação. A carga horária efetivamente atingida pelos residentes no Instituto resultou no uso de 91,2% da capacidade instalada.

13.2. Pesquisa científica

Instituto Internacional de Neurociências – Edmond e Lily Safra (IIN-ELS)

O IIN-ELS oferece desde 2013 o Programa de Pós-Graduação em Neuroengenharia (PPGN), credenciado pela Capes no mesmo ano (33280010001P2), responsável pelo primeiro curso de mestrado na área reconhecido pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (Capes).

O PPGN é um programa multidisciplinar inserido na área de Engenharia Biomédica que possui duas linhas de pesquisa: Interface cérebro-máquina e neuromodulação. Por meio da neuroengenharia se busca compreender o Sistema Nervoso Central (SNC) e desenvolver tratamentos e tecnologias ainda inexplorados para distúrbios neurológicos, como a restauração de funções sensoriais, motoras e cognitivas.

De janeiro a dezembro de 2025, 23 estudantes foram titulados Mestres em Neuroengenharia pelo Instituto. Todos cumpriram o prazo de 24 meses para conclusão do programa, resultando em um índice de sucesso de 100%.

Em 2025, 94,4% dos 53 egressos titulados entre 2022 e 2024 encontram-se em atividade, sendo a maior parte (47,2%) atuando na academia, como discentes em programas de doutorado ou docentes em ensino superior. Em seguida, aparecem aqueles que estão atuando no mercado de trabalho (32,1%) e os que optaram pelo empreendedorismo (7,5%) a partir de suas produções durante o mestrado em Neuroengenharia.

O corpo docente do Instituto publicou 30 artigos científicos em revistas ou capítulos de livros de alcance internacional, resultando em uma proporção de 2,5 produções por pesquisador. No que diz respeito à produção científica com participação discente, ao longo do ano de 2025 foram realizadas 77 publicações, representando uma proporção de 1,3 produção por discente.

No mais, 1.337 horas foram utilizadas por pesquisadores de outras instituições nos quatro laboratórios de pesquisa abertos para usuários pelo Instituto. Isso representa 18,2% do total de horas disponíveis, frente à meta de 20% pactuada junto ao órgão supervisor do Contrato de Gestão.

13.3. Atendimentos no âmbito da saúde

Em observância a Lei Complementar nº 187/2021, a atividade para fins de CEBAS do Instituto se dá exclusivamente pela saúde, por meio da mantida Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, de atendimento 100% aos usuários do SUS, na modalidade ambulatorial e reabilitação.

Sendo a mantida prestadora de serviços ao SUS, o Instituto inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), os atendimentos prestados. Por não haver atendimentos não SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

Em 2024, o Instituto teve sua Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovada por meio da Portaria nº 561 de 13 de julho de 2023 do Ministério da Saúde.

No quadro abaixo, demonstra-se o quantitativo dos Atendimentos Ambulatoriais Realizados e o percentual atingido em conformidade com o art. 9º Inc. II da Lei Complementar nº 187/2021:

	2025 (*)
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS	110.911
Ambulatorial SUS	110.911
Percentual SUS final ao CEBAS	100%

(*) De janeiro a novembro, os dados foram extraídos do Datasus/Tabwin. Para o mês de dezembro, devido à indisponibilidade na base nacional, foram utilizados dados de controle interno. Vale ressaltar que variações podem ocorrer em decorrência da análise e da possibilidade de glosas por parte do órgão gestor.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Social do Instituto é de R\$ 1.087.813 (R\$ 1.019.0108 em 2024).

Na composição do patrimônio líquido, houve a transação usual de reconhecimento do superávit do exercício anterior com aumento do Patrimônio Social no exercício vigente.

14.2. Remuneração da administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

14.3. Destinação do superávit (déficit)/aumento (redução) de patrimônio social

O déficit/superávit do exercício de 2024 foi incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e ITG 2002 (R1) em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do patrimônio social. O superávit do exercício de 2025 será incorporado ao patrimônio social.

15. Receita

	2025	2024
Receita operacional - Verba livre		
Doações	2.000	60.691
Outras captações de recursos	41.920	18.462
Doações recebidas-imobilizado/materiais	3.059	8.018
Total	46.979	87.171
Receita operacional - MEC		
Contrato de Gestão-realizado (Nota Explicativa nº 11)	19.480.280	19.885.960
Receita operacional - Prefeitura (SUS)		
Prestação de serviços	262.294	290.436
Convenio prefeitura	100.000	-
Total	362.294	290.436
Receita operacional - Fundos de Saúde		
Contrato FMS Macaíba-Realizado (Nota Explicativa nº 11)	4.878.474	4.279.697
Termo de convênio - MS Equipamentos-Realizado (Nota Explicativa nº 11)	40.607	21.754
Termo de compromisso - MS Pronas/PCD-Realizado (Nota Explicativa nº 11)	39.293	141.613
Contrato de Repasse - MS Reforma-Realizado (Nota Explicativa nº 11)	400.421	-
Total	5.358.796	4.443.064
Trabalho Voluntário/Isenções/Gratuidades		
Trabalho voluntário	61.130	80.328
Isenções	3.424.399	3.191.435
Total	3.485.529	3.271.763
Total receita líquida	28.733.878	27.978.394

16. Natureza das despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Resumo das despesas operacionais		
Gastos com pessoal e encargos sociais	(15.493.839)	(14.859.303)
Despesas administrativas	(1.545.179)	(1.810.026)
Ocupações, utilidades e serviços	(794.864)	(856.688)
Serviços profissionais	(5.896.002)	(5.306.832)
Locações diversas	(205.564)	(56.432)
Despesas com viagens	(232.956)	(137.373)
Depreciação e amortização	(1.059.996)	(1.649.017)
Despesas tributárias/financeiras	(25.292)	(40.112)
Voluntários	(61.130)	(80.328)
Isenções	(3.424.399)	(3.191.345)
Total	(28.739.221)	(27.987.456)
Detalhamento das despesas operacionais		
Verba livre		
Despesas administrativas	(91.948)	(19.862)
Despesas tributárias	(185)	(10)
Total	(92.133)	(19.872)
MEC		
Despesas com pessoal - Sede	(2.507.167)	(2.339.373)
Despesas administrativas - Sede	(1.271.832)	(1.204.297)
Despesas tributárias - Sede	(390)	(14.184)
Despesas financeiras - Sede	(9.700)	(9.542)
Despesas com pessoal - C. P. IIN-ELS	(5.455.912)	(5.384.217)
Despesas administrativas - C. P. IIN-ELS	(4.423.272)	(4.644.150)
Despesas tributárias - C. P. IIN-ELS	(5.695)	(5.040)

	2025	2024
Despesas financeiras - C. P. IIN-ELS	-	(4.681)
Despesas com pessoal - CEPS Anita Garibaldi	(3.646.235)	(3.495.265)
Despesas administrativas - CEPS Anita Garibaldi	(2.160.077)	(2.785.112)
Despesas tributárias - CEPS Anita Garibaldi	-	(99)
Total	(19.480.280)	(19.885.960)
Prefeitura		
Despesas administrativas	(322.483)	(366.797)
Fundos de saúde		
Despesas com pessoal	(3.884.525)	(3.640.448)
Despesas administrativas	(1.464.949)	(796.060)
Despesas tributárias	(4.774)	(2.280)
Despesas financeiras	(4.548)	(4.276)
Total	(5.358.796)	(4.443.064)
Trabalho voluntário/gratuidades		
Trabalho voluntário	(61.130)	(80.328)
Isenções	(3.424.399)	(3.191.435)
Total	(3.485.529)	(3.271.763)
Total	(28.739.221)	(27.987.456)

17. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras - Verba Livre	14.485	7.565
Rendimento com aplicações financeiras - Prefeitura	110.322	72.561
Total	124.807	80.126

	2025	2024
Despesas financeiras		
Despesas financeiras - Verba Livre	(1.043)	(1.049)
Despesas financeiras - Prefeitura	(1.035)	(1.004)
Total	(2.078)	(2.053)
Total resultado financeiro, líquido	122.729	78.073

18. Voluntário

Conforme ITG 2002 (R1) item 19, o Instituto reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pelo Instituto.

O montante desse serviço em 2025 corresponde a R\$ 61.130 (R\$ 80.328 em 2024). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecido na receita e na despesa.

19. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado. O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

19.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

19.2. Risco de liquidez

É o risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela Diretoria do Instituto.

19.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: **(a)** taxas de câmbio; **(b)** risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; e **(c)** risco significativo de estrutura de capital.

20. Imunidade da contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei Complementar nº 187/2021 o Instituto mantém o Certificado Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS Saúde), tendo sua renovação deferida por meio da Portaria nº 561 de 13 de julho de 2023 abarcando o período de 10 de outubro de 2021 a 09 de outubro de 2024, foi protocolado processo de renovação tempestivo sob nº 25000.149518/2024-57 em 04 de outubro de 2024, mantendo a regularidade da certificação e fluência dos benefícios conforme art. 37, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 187/2021.

O valor relativo à imunidade (como se devida fosse), gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 3.424.399 (R\$ 3.190.435, em 2024), abaixo detalhado, tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

	2025	2024
INSS Cota Patronal	3.085.296	2.930.174
PIS Sobre Folha de Pagamento	115.124	109.337
COFINS	223.979	150.924
Total	3.424.399	3.190.435

21. Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, o Instituto mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais e bens de terceiros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores do Instituto em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Tipo de cobertura	Vigência	Valor segurado
Seguro da unidade: IIN-ELS		
Danos materiais/furto/roubo	De 08/12/2025 a 07/12/2026	33.030.000
Responsabilidade civil	De 08/12/2025 a 07/12/2026	80.000
Seguro da unidade: CEPS Anita		
Danos materiais/furto/roubo	De 31/12/2025 a 30/12/2026	1.950.000
Responsabilidade civil	De 31/12/2025 a 30/12/2026	200.000
Seguro dos veículos adaptados		
Colisão/incêndio/roubo/furto	De 08-12/05/2025 a 07-11/05/2026	101,67 e 100% Tabela FIPE
Danos materiais/corporais/morte	De 08-12/05/2025 a 07-11/05/2026	635.000
Seguro do veículo de carga		
Colisão/incêndio/roubo/furto	De 02/09/2025 a 01/09/2026	100% Tabela FIPE
Danos materiais/corporais/morte	De 02/09/2025 a 01/09/2026	310.000

22. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não possuía em 31 de dezembro de 2025, quaisquer transações como interveniente garantidora.

23. Eventos subsequentes

A Diretoria do Instituto considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2025 até a data de aprovação das referidas demonstrações em 13 de fevereiro de 2026.

23.1. Deferimento do processo de renovação da certificação CEBAS

Em razão da comprovação anual da prestação de serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021 e seus regulamentos, nos termos do Parecer Técnico 84/2026-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.149518/2024-57. A renovação foi deferida por meio da Portaria SAES/MS nº 3.764 de 02 de fevereiro de 2026, abarcando o período de 10 de outubro de 2024 a 09 de outubro de 2027.

Macaíba, 19 de fevereiro de 2026.

Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11